

Comunicação e Educação para a Cidadania em uma Cooperativa de Assentamento do MST¹

Dra. Luzia M. Yamashita Deliberador²
Ana Carolina Rampazzo Vieira³
Universidade Estadual de Londrina

Resumo

Este trabalho apresenta como uma cooperativa de assentamento do *Movimento Sem Terra* trabalha a educação e a comunicação na sua comunidade. Na concepção do movimento, educação não é somente sinônimo de ensino formal, ao contrário, tem um sentido muito mais amplo, pois diz respeito à complexidade do processo de formação humana, que tem nas práticas sociais o principal ambiente das aprendizagens do ser humano. A Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória Ltda - COPAVI, situada em Paranacity, no norte do estado do Paraná, dedica-se desde 1991 em investir na formação da identidade das 25 crianças (de 5 a 12 anos) que moram no assentamento.

Palavras-chave: Comunicação; Educação; Movimento Social e Cidadania.

Introdução

Na maior marcha de reivindicação social da história do país, o Movimento Sem Terra levou a Brasília 12 mil militantes, de 22 estados, para cobrar reforma agrária, percorrendo 205 quilômetros em dezesseis dias. Que outro movimento social conseguiria essa realização? (ATHAYDE, 2005 p.24).

A organização e a disciplina no movimento é necessária para conseguir uma mobilização deste porte, sendo motivo de admiração no exterior. No entanto, no Brasil muitas vezes o MST é ignorado ou “mal falado” pela mídia.

A luta pela cidadania acontece no cotidiano do grupo, afetando a vida de cada indivíduo que está envolvido. Na Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória - COPAVI isso não é mera convicção teórica. Ao contrário, realiza-se através do diálogo, do respeito e, principalmente, com cada um cumprindo rigorosamente os seus deveres, fazendo

¹ Trabalho apresentado ao NP 12 – Comunicação para a Cidadania, do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.

² Professora do Curso de Especialização em Comunicação Popular e Comunitária da Universidade Estadual de Londrina/PR, Doutora em Ciência da Comunicação, pela ECA/USP E.mail: adeli@sercomtel.com.br

³ Pedagoga, especialista em Comunicação Popular e Comunitária pela Universidade Estadual de Londrina. Email: krol_rv@yahoo.com.br

com que esses direitos se tornem realidade. Essa adesão é notada através de atitudes, na maneira de pensar, sentir, agir e viver dos indivíduos da comunidade.

Para eles a luta para estabelecer a consciência dos indivíduos com o compromisso pela promoção da cidadania e dos direitos humanos inclui obrigatoriamente a educação formal e informal.

Segundo Peruzzo (2001, p.120), “é no âmbito da educação informal que estaremos enfocando as questões das relações entre comunicação e educação no processo de conquista de cidadania”. É justamente nesses espaços populares que os indivíduos se educam através da interação com os outros. E na COPAVI eles se reconhecem enquanto sujeitos ao participarem ativamente das decisões, o que os leva a assumir uma postura mais crítica e mais responsável.

Para Freire (1978), todo ato educativo é um ato político e todo ato político é um ato educativo. A educação para cidadania deve educar os indivíduos para a ação político-social coletiva na luta pela democracia.

A COPAVI é uma cooperativa importante do ponto de vista econômico e político. Tem uma boa gestão administrativa e consegue viabilizar economicamente o assentamento, com uma importante produção agroindustrial. Claro que para que isso ocorra existe uma estrutura organizacional, que tem como origem a própria organização e a filosofia do MST.

A COPAVI acaba demonstrando que a Reforma Agrária é uma luta de todos. É uma luta dos sem terra, mas é também uma luta de toda a população que acaba se beneficiando com bons produtos e com preços acessíveis. Em Paranacity, a comunidade já provou isso.

Para alcançar as metas definidas, os integrantes da cooperativa seguem rigorosamente a filosofia definida pelo MST:

-Respeito ao meio ambiente: produzir sem agredir o meio ambiente. A preocupação com o desenvolvimento auto-sustentável é constante. Trabalham na recuperação do solo muitas vezes até em detrimento do lucro imediato. A horta do assentamento é totalmente orgânica;

-Trabalho coletivo: O trabalho coletivo converge para a cidadania articulada, que concilia o bem comum ao particular. Esses cooperados têm uma opção ideológica clara - o socialismo - que fortalece o processo de produção e as tomadas de decisão em conjunto. São “uma empresa de cunho socialista, cujo esforço é centrado nas pessoas que a compõem” explica o cooperado engenheiro agrônomo Élson Borges dos Santos, o Zumbi;

Gênero e participação igualitária: “Trabalhar com a perspectiva de gênero é reconhecer que a manutenção de hierarquia entre os homens e mulheres é fiel guardiã das demais relações de opressão e exploração existentes na sociedade” (Triálogo, p. 12). Na organização da cooperativa, a mulher associada está em condições de igualdade com o homem, 50% está em nome dela e 50% em nome dele.

O almoço e o café da manhã são coletivos na COPAVI. Duas cooperadas são escaladas para o refeitório e o trabalho delas tem o mesmo valor que qualquer outro setor da cooperativa. Com isso as mulheres ficam dispensadas das atividades diárias de cozinhar e lavar louças, e elas podem participar ativamente de vários setores de produção da cooperativa. As refeições coletivas apresentam algumas vantagens tais como: a convivência como uma grande família, em que se trocam idéias, experiências, propiciando uma interação maior entre os membros da comunidade. As mulheres participam de todo o processo decisório da cooperativa, nas transformações políticas, econômicas e sociais, inclusive ocupam cargos da diretoria. As refeições noturnas são preparadas em casa para que cada cooperado possa ter um espaço de convivência com sua própria família.

Essas metas e diretrizes da cooperativa são também os alicerces para a educação das crianças e jovens da comunidade.

O objeto de análise deste artigo é a estrutura e o funcionamento da Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória Ltda - COPAVI, assentamento do MST localizado no município de Paracity, Paraná. Buscou-se analisar mais especificamente o acompanhamento pedagógico realizado pelos educadores/pedagogos da comunidade em com as crianças e pré-adolescentes de 05 a 12 anos.

O objetivo deste trabalho é verificar como a concepção de educação do MST, seus princípios filosóficos e pedagógicos e sua metodologia educativa são trabalhados pelo Setor de Educação da COPAVI, procurando divulgar no meio acadêmico o seu trabalho como assentamento modelo no trabalho coletivo e no desenvolvimento da cidadania.

O trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa participante, entrevistas e observações junto aos moradores da COPAVI. Foram muitas visitas e também uma convivência desenvolvendo pesquisas e orientando trabalhos de conclusões de cursos e monografias de pós-graduação há mais de quatro anos.

COPAVI – Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória Ltda.

A Fazenda Santa Maria, com uma área de 256,52 hectares de terra, pertencente ao município de Paranacity, a 110 km da cidade de Maringá, foi declarada latifúndio por exploração e desapropriada em 30 de junho de 1988. Apesar de reconhecida como área de interesse social para fins de reforma agrária no mesmo ano pelo Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a desapropriação foi contestada judicialmente e a fazenda foi arrendada à Usina Santa Terezinha. Através de decisão judicial o INCRA recebeu a emissão de posse da terra em 27 de agosto de 1992.

Em 19 de janeiro de 1993, 25 famílias pertencentes ao Movimento dos Trabalhadores Rurais reivindicaram o uso da terra. A área era totalmente ocupada pela cana de açúcar, o que deixou o solo bastante desgastado. Em 1994, depois de quase um ano acampando em barracas de lona, as famílias receberam do INCRA os títulos de propriedade de terra e a liberação de financiamentos.

As famílias se unem e criam a Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória - COPAVI, optando pela organização em cooperativa de produção. Os trabalhadores decidiram não dividir a fazenda em lotes individuais, mas registrar o título de concessão de uso da terra em nome da própria cooperativa. E com isso deram início às atividades produtivas. Todas as famílias são proprietárias da terra, cada um é sócio da empresa e pode participar das assembléias que tomam as decisões.

A COPAVI se constituiu como uma empresa de produção e trabalhos coletivos. A terra permanece sobre o controle do coletivo, a não ser uma pequena parcela destinada à produção de fundo de quintal de cada associado. O título da propriedade ou concessão de uso da terra permanece em nome da cooperativa.

O trabalho organiza-se internamente através de setores de produção e serviços. A remuneração é proporcional ao número de horas trabalhadas que são controladas pelos coordenadores dos setores.

O planejamento da produção é centralizado no coletivo. A partir de uma grande discussão, baseada em estudos técnicos, definiu-se as linhas de produção a curto, médio e longo prazo e a ordem das prioridades a serem implantadas.

A moradia é organizada em agrovila com lotes de tamanho definido pelo coletivo e as residências foram construídas por eles próprios de forma bem simples. São casas de alvenaria com luz elétrica, fossa séptica e água encanada. Atualmente estão construindo novas moradias através de financiamentos da Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar.

Atualmente o assentamento é composto por 89 pessoas que são sócias da cooperativa, num total de 21 famílias. A população ativa constitui a maioria desse número, somando-se a ela 25 crianças entre 5 e 12 anos. Hoje a COPAVI é um exemplo nacional e internacional de cooperativa de produção, reconhecida e visitada por muitas pessoas, desde crianças em excursões escolares, jovens de outros países que ficam alojados na comunidade para estágios escolares e universitários brasileiros da região e até de outros estados. O que antigamente era preconceito, hoje se transformou em orgulho para região.

Produção

As atividades exploradas são diversificadas:

1. *A bovinocultura de leite* (ocupando uma área de 45 hectares) já representou a atividade de maior importância econômica. Hoje ela perde para os produtos derivados da cana de açúcar, mas o assentamento continua sendo o maior produtor de leite pasteurizado da região, com média de 650 litros de leite/diário distribuídos na cidade de Paracity e região. Com a produção de leite os cooperados ainda produzem iogurte, queijo e doce de leite. O iogurte é distribuído para a merenda escolar através de um convênio com o governo federal.

2. *O plantio de cana de açúcar* (30 hectares) é responsável pela produção de 15 toneladas de açúcar mascavo, distribuídas para várias regiões do país e seis mil litros de cachaça artesanal, hoje exportada para a Espanha.

3. *A panificadora produz pães e biscoitos* que são vendidos para a merenda escolar de Paracity e Cruzeiro do Sul e vendidas no mercado regional.

4. *A banana desidratada* também era um produto muito conhecido na região produzido pela cooperativa. A produção teve que ser suspensa por causa de uma praga que atacou os bananais. Os cooperados pretendem recomeçar com o plantio de variedades mais resistentes.

5. A *Produção de hortaliças orgânicas*, em cujo cultivo não são utilizados adubos químicos, inseticidas ou agrotóxicos. Para proteger as hortaliças das pragas e das doenças de insetos diversos trazidas pelo vento, são utilizadas plantas que são inseticidas naturais como o cravo-de-defunto, a arruda e o fumo. Essas plantas combatem as pragas de forma natural, repelindo os insetos, de modo menos agressivo para o meio ambiente e ideal para a agricultura orgânica. Não são usados adubos químicos e sim o esterco do gado que é transformado em adubo, pois é próprio para estimular o crescimento das verduras e legumes. A horta está cercada por uma barreira de plantas - o chamado “quebra vento” - para diminuir a incidência de insetos. O lema deles é “a natureza cuida da natureza” e com isso conseguem produtos mais saudáveis para o homem. De tudo que é produzido na horta, 15% é para o consumo interno e 85% para comercialização na feira livre da cidade.

6. A *Produção de carnes de frango e porco* garante às necessidades do consumo interno e o excedente é comercializado.

Descontadas todas as despesas administrativas e de produção, a renda per capita de cada família associada é de R\$ 700,00. A remuneração é feita em função do número de horas trabalhadas.

Organização e Funcionamento da Cooperativa

A Assembléia é o órgão deliberativo máximo da cooperativa, e suas reuniões são realizadas mensalmente. Existe também o Conselho Deliberativo, formado por um coordenador de cada setor, um coordenador de cada núcleo e uma membro da diretoria. Há ainda o Conselho Fiscal, composto por três membros efetivos e três suplentes, eleitos em assembléia com mandato de três anos, cuja função é acompanhar todo o setor financeiro e fiscalizar a atuação no trabalho de cada sócio.

Sistema de Trabalho

Não há remuneração diferenciada entre os setores de produção, direção e negócios. Divididos por habilidades, os cooperados se adaptam à atividade com a qual melhor se identificam e se aperfeiçoam nela. Os cooperados trabalham oito horas diárias e aos sábados, até ao meio dia. Além disso algumas atividades que requerem cuidados constantes como a horta e criações são atendidas em sistema de rodízio.

Todos os sócios têm direito a trinta dias de férias não remuneradas. Até os 18 anos a prioridade é a educação. Caso o adolescente queira trabalhar, primeiramente realiza-se uma conversa com os pais e o orientador pedagógico. Verificando-se que o trabalho a ser realizado não afetará o rendimento escolar o serviço é autorizado e planejado. Dos 17 aos 18 anos é obrigatória a atividade de 100 horas mensais, com remuneração equivalente a dos adultos. Para os adolescentes na faixa etária de 14 a 16 anos o trabalho não é obrigatório e, caso o exerçam, o valor da hora de trabalho corresponde a 70% da hora paga a um adulto.

Participação na Sociedade

Paranacity tem oito mil habitantes e a COPAVI tem um representante eleito com os votos da cooperativa e da população da cidade na Câmara de Vereadores. Trata-se de Antonio Soares, o Sacola. Ele foi membro da direção estadual do MST (94-96) é conhecido na cidade por trabalhar na comercialização e entrega dos produtos da cooperativa na cidade de Paranacity. Hoje ele é o Presidente da Câmara Municipal. A comunidade da cooperativa tem a preocupação de mostrar a seriedade do trabalho deles, mostrando principalmente que a Reforma Agrária é importante para a sociedade na produção de alimentos de qualidade. Procuram com isso demonstrar a todos que eles são trabalhadores e que possuem a consciência crítica do seu papel na sociedade.

Comunicação Comunitária e Comunicação Popular: Diferenças e Semelhanças em suas Definições

Aparentemente semelhantes, Comunicação Comunitária e Comunicação Popular possuem características distintas. Procura-se ressaltá-las abaixo para melhor compreensão sobre o tipo de comunicação que caracteriza a educação realizada pelo MST, mais especificamente àquela realizada na COPAVI.

À primeira vista, os dois termos acima parecem ser sinônimos, tratando de formas de comunicação ligadas à comunidade e visando à cidadania e à participação dos indivíduos. Ambas as denominações se contrapõem ao conceito clássico de comunicação humana (emissor = detentor único da informação; receptor = ouvinte passivo), criando um

novo modelo de comunicação, mais humano e democrático, baseado na troca de informações entre emissor e receptor.

Apesar de alguns autores, como Peruzzo (1995) e Cogo (1996), tratarem esses dois termos como sinônimos, existem algumas diferenças bem marcantes entre eles, principalmente com relação às seguintes questões: resistência à classe dominante; conteúdos; público alvo; caráter político; participação/execução da comunicação.

À primeira vista, quando falamos em Comunicação Comunitária, pensamos em um processo de comunicação que visa somente noticiar os acontecimentos locais, geralmente deixados em segundo plano pela grande mídia. No entanto, a Comunicação Comunitária é o canal de expressão de uma comunidade (independente de seu nível sócio-econômico e território), por meio do qual os próprios indivíduos possam manifestar seus interesses comuns e suas necessidades mais urgentes. Deve ser um instrumento de prestação de serviços e formação do cidadão, sempre com a preocupação de estar em sintonia com os temas da realidade local. Por isso, sua característica principal é facilitar/estimular a participação ativa desses indivíduos enquanto produtores e receptores das informações.

Ou seja, o processo de Comunicação Comunitária deve ser feito pela e para a comunidade, com o compromisso de melhorar o seu desenvolvimento social pela busca constante de autonomia, seja ela sob a forma de co-gestão (participação limitada - poder relativo) ou autogestão (participação ativa e direta da população nas decisões). É preciso salientar que, via de regra, a Comunicação Comunitária não possui um forte caráter político de luta de classes e de resistência à classe dominante, o que não elimina a possibilidade de imprimi-los no seu processo.

Assim como a Comunicação Comunitária, a Comunicação Popular é antagônica à comunicação de massa e se constitui como um processo de comunicação horizontal. Entretanto, a Comunicação Popular possui um público alvo bem delimitado: as camadas populares mais carentes.

Dessa forma, compreende-se que a Comunicação Popular é uma comunicação de resistência, reivindicação e pressão, ligada a movimentos populares e à luta de classes, constituindo-se enquanto veículo de manifestação de suas causas, anseios e interesses. Sua principal característica é o seu marcante caráter político, reivindicatório e engajado,

trabalhando com conteúdos crítico-emancipatórios a fim de possibilitar uma real conscientização e transformação da comunidade em questão frente às desigualdades sociais, com base em sua organização e educação.

A Comunicação Popular constitui-se, portanto, como espaço de comunicação democrática e contextualizada, em que emissores e receptores são os protagonistas, trocando de papel constantemente dentro de um ideal comum. É necessário ressaltar que, diferentemente da Comunicação Comunitária, a Comunicação Popular não tem como característica fundamental a participação ativa e exclusiva de indivíduos membros da comunidade, possibilitando a intervenção dos chamados mediadores (terceiros ligados aos movimentos).

Assim, tanto a Comunicação Comunitária quanto a Popular buscam a chamada participação poder, em que a própria comunidade e seus representantes devem partilhar as decisões e responsabilidades, tomando consciência daquilo que Foucault afirma com excelência: o poder está em cada indivíduo, basta nos unirmos para colocá-lo em prática na luta por nossos anseios.

O MST e a Educação do Campo

Inicialmente, a preocupação do MST era apenas com a Reforma Agrária. Mas ao longo da luta pela terra, o Movimento foi compreendendo que é preciso derrubar não só a “cerca do latifúndio” mas também outras “cercas” que levam o trabalhador do campo a uma injusta e histórica situação de opressão, como a “cerca da ignorância ou cerca do latifúndio do saber”. Segundo João Pedro Stédile,

[...] só a conquista da terra não seria suficiente para sair da pobreza, para libertar da exclusão. E então o movimento passou a incorporar em seu ideário, em suas necessidades, em sua luta, a conquista da democratização da escola, da educação. Daí passamos também a nos organizar para conquistar a educação (Boletim da Educação 2004, p.69).

No entanto, o MST propõe uma educação diferenciada da educação escolar tradicional que, normalmente, atende aos interesses da classe dominante. Segundo Caldart (2002), os trabalhadores do campo devem lutar por políticas públicas adequadas, que garantam seus direitos a uma educação *no campo e do campo*.

A Educação do Campo é um processo de aprendizagem que acontece no campo e que é desenvolvido pelos educadores do campo voltado a atender os educandos que lá moram. Deve acontecer *no* campo, pois as pessoas têm o direito de estudar onde vivem. Deve ser *para* o campo, a medida em que é pensada a partir de sua realidade, com a participação dos camponeses e vinculada à sua cultura (...) responde às demandas sociais e humanas dessa população (Boletim da Educação 2004, p.58).

Assim, o MST vem lutando pela educação pública e de qualidade em todos os assentamentos / acampamentos e pelo reconhecimento dela pelos órgãos federais. Lutam por políticas públicas e práticas educativas contextualizadas com a realidade dos educandos do meio rural.

Para isso, o Setor de Educação do MST estabeleceu seus próprios princípios filosóficos, pedagógicos e suas linhas metodológicas de trabalho. A seguir, citaremos de forma sintética as mesmas.

Princípios Filosóficos da Educação no MST

- Educação para a transformação social, conscientização e educação de classe;
- Educação para a formação humana em todas as dimensões (formação ética, humanista e socialista), valorizando os indivíduos enquanto sujeitos;
- Educação como formação/transformação contínua.

Princípios Pedagógicos da Educação no MST

- Relação entre teoria e prática visando à formação para a ação transformadora;
- MST como o grande educador dos sem-terra (a luta em si é altamente educativa);
- Relação entre ensino e capacitação;
- Ensino contextualizado com a realidade do campo (conteúdos socialmente úteis);
- Educação para o trabalho e pelo trabalho, com ênfase na cooperação;
- Construção de um ambiente educativo que vincule a escola com os processos políticos, econômicos e culturais;
- Gestão democrática escolar e auto-organização dos educandos;
- Valorização dos conhecimentos e experiências prévias dos alunos, sendo esses os pontos de partida para a elaboração do currículo/conteúdos;

- Valorização das atividades extra classe para colaborar no desenvolvimento de todo assentamento/acampamento;
- Formação permanente dos educadores e coletivos pedagógicos;
- Incentivo à pesquisa;
- Trabalho educativo coletivo/cooperativo e individual;
- Constante reflexão sobre as práticas e metodologias educativas.

Linhas Metodológicas do MST

- “Eclético Metodológico”: idéias de Paulo Freire (pedagogia da libertação/conceito de “homem inacabado”); Makarenko (conceito de coletividade e cooperação); Piaget (construtivismo); Jose Martí (conceito de nacionalismo e soberania) e Che Guevara (conceito de revolução e militância).

Acompanhamento Pedagógico na COPAVI

De acordo com pesquisa participante realizada em abril de 2005, constatou-se que moram hoje no assentamento 25 crianças e pré-adolescentes, sendo esses os educandos que participam das atividades educativas ali desenvolvidas. Essas atividades são ministradas por dois integrantes da própria COPAVI, sendo uma pedagoga formada e um estudante do 2º ano de pedagogia.

Como já citado, o assentamento não possui escola própria devido ao número insuficiente de famílias. Por isso, o trabalho educativo realizado na COPAVI tem caráter informal. Vale aqui salientar que a educação informal não tem como objetivo a reprodução e/ou reforço da escola formal/tradicional e que, por isso, não tem seu valor educativo reduzido. Ao contrário, esse tipo de educação, muito comum em movimentos populares - como é o caso do MST - é de extrema riqueza e valor para os próprios movimentos já que visa à conscientização e ao estímulo para o reconhecimento desses indivíduos enquanto sujeitos e cidadãos, reforçando sua identidade e procurando despertá-los para todo e qualquer tipo de opressão/dominação.

As “aulinhas”⁴ da COPAVI acontecem três vezes por semana, com duração de três horas. São realizadas diversas atividades teóricas e práticas, sempre contextualizadas com as necessidades e o dia-a-dia do assentamento e a concepção educacional do MST.

É importante destacar que, assim como as demais decisões tomadas pela cooperativa, o planejamento pedagógico também é feito de forma coletiva. Os educadores, pais, educandos e demais membros do assentamento decidem os conteúdos a serem abordados nas aulas, caracterizando a gestão democrática tão defendida pelo MST, em que os todos integrantes, independente de idade, sexo e escolaridade, são considerados sujeitos e, por isso, têm suas opiniões ouvidas e respeitadas.

É através desse acompanhamento pedagógico que os educadores procuram colocar os educandos em contato com a história dos movimentos sociais, enfocando principalmente a história de luta do MST pela terra e a história da própria COPAVI. A fala da pedagoga do assentamento ilustra bem a importância desse trabalho, quando diz: “trabalhamos para que eles conheçam a própria história e valorizem sua origem, que faz parte de sua identidade” (E.A.L., 28 anos).

Essa valorização da história do MST, seus principais lutadores e sua mística tende a

[...] ajudar a cultivar a memória do MST e do conjunto das lutas populares (...) responsável pela formação da consciência histórica de seus educandos e educadores. Isso implica desenvolver alguns aprendizados básicos: compreender a nossa própria vida como parte da história; respeitar as lições da história; aprender a ver cada ação ou situação numa perspectiva histórica, quer dizer, em um movimento entre passado, presente e futuro, compreendê-las em suas relações com outras ações, situações, uma totalidade maior (ITERRA, 2001, p. 17).

Realizadas no refeitório da COPAVI ou ao ar livre, sob as sombras das árvores, as atividades pedagógicas do assentamento têm como objetivo formar os indivíduos de forma integral e reforçar a ideologia do Movimento, buscando formar os futuros militantes do MST e desmistificar o caráter pejorativo do termo “sem-terrinha”, utilizado para se referir às crianças. Esse trabalho é de extrema importância já que os educandos frequentam escolas formais no município de Paranacity e acabam se relacionando com uma realidade social bem diferente da vivida por eles, o que muitas vezes resulta em preconceito por parte dos demais colegas da escola. Segundo um dos educadores:

⁴ “Aulinhas” é o termo utilizado pelas próprias crianças e pré-adolescentes da Copavi quando se referem ao acompanhamento pedagógico realizado no assentamento.

Com o nosso trabalho, conquistamos o respeito da comunidade e ficou no passado o tempo em que nossas crianças eram chamadas de ‘sem-terrinha’ ou ‘gauchinhos’ de forma pejorativa (...) Hoje, eles têm orgulho de serem chamados assim (A.V., 23 anos)

Além do estudo da história, da interpretação das músicas/hinos e simbologias do MST, o acompanhamento pedagógico realizado na COPAVI procura estar sempre relacionando a teoria à prática e ao cotidiano do assentamento. Para isso, procuram valorizar as experiências diárias e empregá-las na educação, com o intuito de tornar o aprendizado mais significativo e útil.

Um bom exemplo disso é a valorização do trabalho no campo, do amor à terra e à natureza, assuntos amplamente discutidos e valorizados durante o acompanhamento pedagógico. Desde cedo, as crianças são estimuladas a participar das atividades da cooperativa e a entenderem o seu funcionamento. Por isso, durante as aulas práticas, os educandos vão a campo para auxiliar na horta e em outras atividades compatíveis com a sua idade. Cooperação e solidariedade são palavras de ordem em todas as atividades.

Segundo os educadores, a metodologia utilizada por eles segue as idéias de Paulo Freire, um dos educadores mais valorizados e respeitados pelo MST. Sua pedagogia – a “pedagogia do oprimido” - é baseada na comunicação, interação e diálogo aberto entre educador e educando. Para Freire, a educação deve ser feita através da comunicação horizontal, na base de trocas de informações e conhecimentos entre os indivíduos envolvidos no ato educativo e o mundo.

O educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando, que ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos (...) os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo (Freire, 1978, p.78-79).

É através de uma educação horizontal que o educador poderá realizar uma ação pedagógica mais eficiente e contextualizada. Essa ação, chamada por Paulo Freire de “ação cultural revolucionária”, deve se dar através da palavra e do diálogo (comunicação). Possui forte dimensão política, já que seu fim deve ser a libertação de oprimidos e opressores, humanizando ambas as partes.

É justamente o caráter libertador da pedagogia freiriana que é considerado pela pedagoga da COPAVI a peça-chave para a formação crítica dos educandos, pois é altamente estimulante que os alunos, mesmo os muito jovens, sintam-se estimulados a

lutarem na prática pelas transformações necessárias para a conquista da cidadania dos sem-terra.

Freire (1978) é enfático ao afirmar que é necessária não só a tomada de consciência de toda essa opressão por que passam (reflexão), mas também é preciso ultrapassar o plano do discurso, colocá-lo em prática (ação) para daí transformar a realidade (Pedagogia da práxis),

Não há revolução com verbalismo, nem tampouco com ativismo, mas com práxis, portanto, com reflexão e ação incidindo sobre as estruturas a serem transformadas (Freire, p.146).

Considerações Finais

Esta pesquisa mostra que assim como outros grupos que procuram alternativas ao modelo econômico capitalista, a COPAVI, enquanto assentamento do MST, percebe a necessidade de realizar um trabalho específico de conscientização e formação crítica e militante de suas crianças e jovens como complemento da educação formal/escolar. O MST valoriza e incentiva o ingresso de seus jovens na escola, mas acredita que essa formação não atende às necessidades de formação integral de seus membros já que a educação escolar segue a ideologia da classe dominante.

Daí a importância da “escola diferente” proposta e realizada pela COPAVI, em que se valoriza uma educação pelo e para o trabalho, contextualizada com a vida do campo; os valores humanistas; a cidadania; a criticidade e a gestão democrática entre educandos, educadores e comunidade. Trata-se, portanto, de educar a partir da prática para a construção comunitária e a participação ativa no coletivo, como aspectos imprescindíveis na luta pela cidadania.

A pesquisa revela que na COPAVI a educação se dá através da comunicação horizontal entre educando e educador, característica que a diferencia e a torna mais significativa. Adeptos aos ensinamentos de Paulo Freire, o assentamento procura desenvolver seu acompanhamento pedagógico com base numa educação que “é comunicação, e diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (Freire, *apud* Lima,

1984, p.59), comprovando que a “comunicação é um ato pedagógico e a educação é um ato comunicativo” (Peruzzo, 2001).

Segundo o Boletim de Educação (2001, p.28),

As crianças e os jovens dos assentamentos já vivem ou até nascem como herdeiros das conquistas de dignidade. Mas, não conseguirão manter e reproduzir estas conquistas, e nem tampouco honrarão o nome próprio Sem Terra se não herdarem também a identidade coletiva construída no processo de luta. Só que valores e princípios não se herdam sem cultivo consciente, sem intencionalidade pedagógica de quem produz ou de quem os escolhe herdar.

Daí a grande responsabilidade que eles atribuem ao trabalho de educação junto às crianças e jovens do movimento. A responsabilidade pelo cultivo dessa identidade. Somando-se a isso a responsabilidade de formar cidadãos com postura não conformista diante do mundo e com valores humanos que sustentem uma luta permanente pela vida.

Referências

ATHAYDE, Phydia. Marcha e Vida Severina, MST. Um relato sobre os últimos 3 dias da histórica caminhada que levou 12 mil militantes a Brasília para cobrar Reforma agrária. *Revista Carta Capital*, São Paulo, ano XI, n. 343, p. 24 a 31, 25 de maio de 2005.

BEZERRA NETO, Luiz. *Sem-terra aprende e ensina*. Estudo sobre as práticas educativas do MST. Campinas: Ed. Autores Associados, 1999.

BOLETIM DA EDUCAÇÃO. *Pedagogia do movimento sem terra: Acompanhamento às escolas*. São Paulo, MST, n. 8, julho de 2001.

_____. *Educação no MST: Balanço 20 anos*. São Paulo, MST, n. 9, dez de 2004.

CALDART, Roseli S. *Educação em movimento*. Formação de educadores no MST. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. *Pedagogia do movimento sem terra*. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. O MST e a formação dos sem-terra: o movimento social como princípio educativo. In: GENTILI e FRIGOTTO (org) *A Cidadania Negada*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CANIVEZ, Patrice. *Educar o cidadão?* Campinas: Papirus, 1991.

COGO, Denise. Comunicação Popular: uma retrospectiva. In: *Revista Universidade e Sociedade*, Andes, n. 11, p. 146-150, jun 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

INSTITUTO TÉCNICO DE CAPACITAÇÃO E PESQUISA DA REFORMA AGRÁRIA - ITERRA. *Caderno do ITERRA*. Veranópolis, RS, v. 1, n. 2, maio de 2001.

KOLLING, Edgar J.; CERIOLI, Paulo R.; CALDART, Roseli (org). *Por uma educação no campo*. Brasília, DF: ANCA, 2002. (Coleção por uma educação no campo / MST, n. 4)

LIMA, Venício A. *Comunicação e Cultura: As Idéias de Paulo Freire*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

PERUZZO, Cecília M.K. *Comunicação e culturas populares*. São Paulo: Intercom, 1995 p.27-41. (Coleção GTS – Intercom, 5)

_____. Comunicação comunitária e educação para a cidadania. In: *Revista Fronteiras - estudos midiáticos*. Unisinos, São Leopoldo, v. 3 n. 1, setembro de 2001. p. 112-128.

TRIÁLOGOS – Reportagem Especial, MST: *Da Luta pela Terra à Luta na Terra*. Projeto Comunicação e Educação: Um Diálogo Escola-Mídia-Universidade. Departamento de Comunicação. Universidade Estadual de Londrina. Londrina, dez / 2000.